

A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici *The interdisciplinarity of the concept of Social Representations of Serge Moscovici*

Renato Fernandes Lobo¹, Mariza Martins Furquim Werneck²

¹ Graduado em História pela USP, Mestre em Desenvolvimento Humano pela Unitau e Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. - lobo@ibest.com.br

² Graduada em Ciências Sociais pela PUC/SP (1981), mestrado (1992) e doutorado (2002) em Ciências Sociais (área de concentração Antropologia) pela PUC/SP, com bolsa Capes PHD-sanduiche de dois anos na EHESS e Pós Doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales(2009-2010).

Recebido em 10 de julho de 2017; Aceito em 07 de junho de 2018.

Resumo

O presente artigo aborda a Teoria das Representações Sociais, estabelecida por Serge Moscovici, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, buscando critérios para o uso dessa teoria em pesquisas históricas, através do diálogo entre a obra de Moscovici com importantes linhas teóricas da historiografia. Busca-se também uma forma de aproximar os conceitos de Representação Social e Ideologia, pois tal aproximação permite identificar as relações de poder existentes na criação e na disseminação das representações. Para evidenciar o modo como as representações sociais podem transmitir ideologias é analisado o papel da mídia e o modo como esta exerce pressão sobre a dinâmica das representações predominantes no chamado senso comum.

Palavras-chave: Representações Sociais. História. Ideologia. Mídia.

Abstract

This paper refers the Theory of Social Representations, established by Serge Moscovici, from an interdisciplinary perspective, seeking standards for the use of this theory in historical research, contextualizing the dialogue between Moscovici's work and important theoretical lines of historiography. It is also sought a way to approach the concepts of Social Representation and Ideology, since this approach allows us to identify the power relations existing in the creation and dissemination of representations. To demonstrate how social representations can convey ideologies is analyzed the role of the media and how it exerts pressure on the dynamics of the predominant representations in the so-called common sense.

Keywords: Social Representations. History. Ideology. Media.

INTRODUÇÃO

A teoria das representações sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici (2011), com o objetivo de compreender a construção de um conhecimento dinâmico e mutante na esfera do senso comum. A grande inspiração de Moscovici foi teoria das representações coletivas de Durkheim, que se caracterizam justamente pela tendência de serem eternizadas, ou seja, algo distante do dinamismo das representações buscadas por Moscovici.

É importante ressaltar que Durkheim estabeleceu sua teoria sobre representações a partir da observação de sociedades arcaicas. Desse modo, a principal função das representações coletivas durkheimianas seria manter a coesão social dessas sociedades, através da imposição de modelos fixos, para delinear o comportamento individual, segundo Moscovici:

Do ponto de vista de Durkheim, as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. De fato, qualquer tipo de ideia, emoção ou crença, que ocorresse dentro de uma comunidade, estava incluído. Isso representa um problema sério, pois, pelo fato de querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo. A intuição, assim como a experiência, sugere que é impossível cobrir um raio de conhecimento e crenças tão amplo. Conhecimento e crença são, em primeiro lugar, demasiado heterogêneos, e, além disso não podem ser definidos por algumas poucas características gerais (2011, p. 45-46).

Já o conceito de representações sociais de Moscovici, além de valorizar o movimento e a transformação do conhecimento, também rompe com o pensamento de Durkheim por ressaltar o papel do indivíduo, afastando-se da ideia positivista de um sujeito e de um objeto puro, pois “as representações sociais são um conceito e um fenômeno que pertencem ao intersubjetivo. Elas representam não só o objeto, mas também o sujeito que as representa” (GUARESCHI, 2000, p.38).

Os indivíduos enquanto sujeitos sociais interagem com a realidade e apreendem ao seu modo o pensamento coletivo, ao mesmo tempo que representam e expressam esse conhecimento. Dessa forma, é correto destacar que as representações sociais valorizam a diversidade sobre a origem das representações.

Desse modo, as representações sociais estabelecem o elo entre o indivíduo e a sociedade, pois elas estão presentes “na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita ‘perpassar’ pela sociedade, existir a certo nível de generalização” (IBIDEM, p. 36).

Por isso, conceito de representações sociais busca entender o pensamento de uma sociedade dinâmica, onde as transformações ocorrem de maneira acelerada, em decorrência do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, conforme Moscovici afirma:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornar tradições imutáveis (2011, p. 48).

Identificar as representações sociais de uma sociedade permite mapear e visualizar o modo como o pensamento é disseminado e está organizado socialmente, mesmo que essa organização seja efêmera, devido ao próprio dinamismo das trocas simbólicas de uma sociedade de massas.

Para Medeiros, (2005) a teoria de Moscovici, trouxe para o campo científico o pensamento do homem comum, sem considerar tal pensamento como algo pré-lógico, primitivo, ou supersticioso. Nesse sentido, é possível perceber certa semelhança com o que Lévi-Strauss (1976) realizou no campo da antropologia, ao restituir o valor do pensamento selvagem.

A forma como o mundo é representado influencia de forma preponderante o modo como o indivíduo entende e constrói sua realidade concreta, pois as representações acabam possibilitando, ou não, a apreensão de determinados elementos concreto. Nas palavras de Moscovici: “Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos, aquilo a que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados” (2011, p. 32).

Cabe destacar, que da mesma forma que as representações influenciam o modo como a realidade é apreendida, acabam servindo como uma preparação de práticas concretas, pois “nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem e cultura” (IBIDEM, p.35).

Nessa perspectiva é correto afirmar que “as representações sociais estão assentadas em valores e princípios morais nos quais a sociedade, os grupos e os indivíduos se guiam para construir e reconstruírem os sentidos das suas ações” (MORIGI, 2004, p. 11).

Outro ponto importante que deve ser destacado é o fato de as representações sociais servirem para adaptar o conhecimento científico, como foi evidenciado no primeiro trabalho de Moscovici (1978), no qual estudou a representação social da psicanálise. Inclusive, é nesse trabalho que Moscovici aponta o modo como as representações se tornam sociais, postulando três conceitos: a dispersão da informação; a focalização; a pressão à inferência. Esses três mecanismos foram sintetizados por Greca da seguinte forma:

1- A dispersão da informação: Trata-se da diferença entre a informação advinda dos atores sociais e a informação necessária para atingir o ponto de vista objetivo. Este debate é o que provoca ambigüidade e propicia um surgimento de um processo de reconstrução social.

2- A focalização: Diz respeito ao fato de como o grupo social enxerga o objeto, ou seja, dentre os vários pontos de análise que um objeto pode ter, quais causam interesse e quais causam desinteresse para o grupo em questão.

3- A pressão a inferência: O objeto em questão deve levar os atores sociais a tomarem uma posição e reagir frente ao mesmo é o momento em que surgem condutas e discursos coerentes sobre um objeto do qual não se possui um conhecimento suficiente. (2009, p. 67).

A dimensão social pode ser percebida de maneira nítida à medida que as representações são construídas sempre a partir de um determinado contexto social, no qual ocorre a tomada de posição e o estabelecimento de modelos de conduta a partir dos diversos pontos de vista dos grupos sociais, que surgem a partir de informações que são muitas vezes dispersadas de maneira desigual.

Além de serem sociais, as representações estabelecem um elo com o indivíduo, que reorganiza esse processo no âmbito de sua subjetividade ao tentar tornar familiar algo do universo consensual ainda não familiarizado. Isso ocorre através de dois processos, a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem ocorre a partir da apropriação de ideias novas através da redução em categorias comuns, já familiarizadas no contexto social do indivíduo. Esse processo “tem o objetivo de operar e integrar de forma cognitiva o objeto representado dentro de um sistema pré-definido, integrando esses novos elementos de saber numa rede de categorias familiares” (CHAMON, 2005, Apud GRECA, 2009, p. 73). Por isso, é correto afirmar que:

A ancoragem induz uma ação visando ao entendimento, mas sua pretensão de validade postulada é frágil e intercambiável. A representação torna-se assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e nomeá-las. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencas sociais, dos posicionamentos recíprocos (percepção mútua de Si e do Outro) nas relações sociais (XAVIER, 2002, p. 27).

O processo de objetivação realiza a familiarização e a construção da representação, tornando concreto o novo conceito apreendido. Tal processo está inserido no campo da cognição. O ato de objetivar é transformar uma ideia em uma imagem.

As representações sociais integram o indivíduo à sociedade, contemplando tanto os aspectos psicológicos quanto sociais. Isso ocorre porque ao estudar as representações de um objeto existem sempre “alguém buscando a compreensão de algo, e este alguém é sempre social” (FONSECA, 2007, p. 24), deste modo, pode-se entender que “toda representação é a interpretação de algo existente, é o olhar social para um conceito disponível na sociedade” (MOSCOVICI, 2011, p. 27).

Deste modo, a teoria de Serge Moscovici possibilita tratar de questões simbólicas sem desconsiderar o dinamismo que existe entre a difusão de ideias e a sua absorção pelo sujeito, que participa da construção das mesmas de maneira ativa ou receptiva, variando de acordo com sua consciência.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E HISTÓRIA

Um tema importante de ser abordado é a compatibilidade da teoria das representações sociais, formulada por Moscovici (2011), com o estudo do passado. Em outras palavras, estudos historiográficos poderiam se valer dessa teoria? A resposta para essa pergunta é positiva, mas dentro de uma perspectiva que se afasta de uma visão positivista da história.

A visão positivista, do século XIX, preocupava-se em buscar a mesma objetividade das ciências exatas e biológicas nas ciências humanas, inclusive na história. Através da organização de um *corpus* documental, caberia ao historiador analisá-lo à luz dos métodos científicos da observação, procurando extrair leis que explicassem o comportamento social, como fazem os biólogos com seu objeto de estudo, pretendendo, assim, contar os fatos como realmente ocorreram e não analisá-los à luz de outras evidências, mas deixar que o documento falasse por si, sem a interferência do pesquisador, cuja subjetividade comprometeria a produção do conhecimento científico.

Contudo, no século XX, a ideia de objetividade em Ciências Sociais foi severamente criticada e a corrente historiográfica positivista foi superada pela “revolução francesa dos Annales”, que deu origem a novas abordagens, novos olhares sobre os velhos documentos, fazendo uso interdisciplinar das áreas da Antropologia, Economia, Psicologia, entre outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Na década de 1960, quando Moscovici lança a teoria das representações sociais, com o livro *La Psychanalyse, son image, son public*, ainda prevalecia na psicologia o paradigma da linha behaviorista, ainda vinculando a cientificidade à experimentação.

Nesse sentido, a pesquisa de Moscovici marca uma ruptura com essa tradição, pois seu foco está nos fenômenos marcados pela subjetividade, que só podem ser captados indiretamente. Desta forma, teve que se apoiar em metodologias inovadoras para a época, pois dependiam, em grande medida, da interpretação do pesquisador.

O mesmo ocorreu no campo das Ciências Sociais, especialmente no campo da História, que era marcada por pesquisas a partir de uma determinada leitura sobre o marxismo, principalmente no que se refere ao conceito de ideologia, que era entendido como um conjunto de ideias que formam uma “falsa consciência” e que ajudam a legitimar o poder político da classe dominante sobre as demais classes da sociedade (CHAUÍ; FRANCO, 1978). Essa visão marxista foi a mais empregada nas análises sociológicas e históricas até os anos 1970, sempre que se discutia o poder, as assimetrias e os conflitos sociais. A primazia do econômico sobre as demais esferas da realidade também afastava dos teóricos marxistas qualquer ideia de representação social.

Nessa perspectiva, as representações sempre são tratadas como criações condicionadas pela estrutura econômica, pois que a infraestrutura determinaria necessariamente a superestrutura, ou que a existência é o que determina a consciência e não ao contrário, é criticada por Moscovici, que afirma que tal ideia:

Supõe que temos a possibilidade de atingir de fora o metal puro da existência humana, mas sob a condição de lhe retirar a ganga de representações e de crenças que a envolvem internamente. Assim, se verificaria a proposição que, da forma como os homens vivem, podemos deduzir o modo como estes homens pensam e sentem (MOSCOVICI, 2011, p. 18).

Para Rouanet (1978), com a inflexão que sofreu o marxismo nos anos 1960, tornou-se possível afrouxar o determinismo da relação entre infraestrutura e superestrutura, a partir do seu conceito de ideologia, que aparece, então, como um sistema socialmente necessário de representações, no qual a estrutura permanece inconsciente a seus protagonistas, e que expressa, sob a forma do imaginário, a relação vivida entre os homens e o mundo, pois é através da ideologia que os homens expressam como as condições de existência são vivenciadas e não as próprias condições de existência.

A partir dessa nova leitura sobre a teoria marxista, é possível realizar uma aproximação entre os conceitos de Ideologia e Representação Social, pois ambos têm como foco o sujeito, o modo como o indivíduo representa e vive sua realidade concreta.

Além das transformações ocorridas no marxismo, é importante destacar a chamada História das Mentalidades, corrente historiográfica formulada por historiadores franceses que, liderados por Marc Bloch (1993) e Lucien Febvre (2009), se reuniam em torno da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que abraçou o conceito de representação, colocando sobre ele o foco do simbólico e da memória. Novos objetos foram estudados à luz deste referencial: as atitudes perante a morte, os rituais e crenças, as formas de sociabilidade etc.

Nesse profícuo movimento ocorreu a integração entre os saberes das Ciências Sociais, História e Psicologia, por exemplo, em 1924, na obra do próprio de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos* (BLOCH, 1993), destaca-se a natureza profunda dos fenômenos sociais, pois a cultura, nesse caso, não era consequência das esferas política ou econômica, mas tinha a sua lógica própria, uma lógica profunda, apreendida somente na longa duração.

Da mesma forma, segundo Burke (1992), Jacques Le Goff trabalha há mais de trinta anos no que pode ser descrito como antropologia cultural do período medieval, indo da análise estrutural das lendas ao estudo dos gestos simbólicos da vida social.

É conhecida também a grande influência do antropólogo Levy-Bruhl sobre Lucien Febvre e sua obra sobre o problema da descrença no século XVI, a partir do estudo da mentalidade do homem quinhentista, em *O problema da incredulidade no século XVI* (FEBVRE, 2009).

Segundo Vainfas (1997), um dos refúgios da história das mentalidades é a chamada história cultural, que seria teoricamente mais consistente que a história das mentalidades porque pretende estudar o simbólico sem abrir mão da própria disciplina histórica, tentando corrigir os exageros e imprecisões teóricas dos anos 70.

Um dos principais expoentes desta corrente é o historiador francês Roger Chartier, que no final dos anos 1980, reforça o conceito de representações, a partir da constatação da existência de uma crise geral das Ciências Sociais (CHARTIER, 1991).

Conforme Vainfas (1997), Chartier considera impossível estabelecer relações exclusivas entre formas culturais específicas e grupos sociais particulares, mas acredita em práticas culturais compartilhadas por vários grupos. Ele enfatiza que aquilo que os historiadores aceitam como estruturas objetivas, devem ser vistas como culturalmente construídas.

Desta forma, pode-se considerar que é possível o diálogo interdisciplinar entre a teoria das representações sociais, originária da Psicologia Social, a História e as Ciências Sociais, mas para isso é importante determinar quais seriam as correntes de pensamento que permitem essa aproximação em cada campo do conhecimento.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

Para relacionar Representações Sociais e Ideologia, é necessário delimitar de qual conceito de ideologia se está falando, pois existem inúmeras definições, segundo Guareschi (2000). Existem quatro eixos de significados para o termo ideologia: (1) a ideologia no sentido positivo, que remete a um conjunto de ideias, pensamentos, valores de um determinado grupo; (2) a ideologia no sentido negativo, que seria um conjunto de mitificações, de ideias enganadoras, que distorcem a realidade para beneficiar um determinado grupo; (3) a ideologia em sentido concreto, a ideologia se materializa em instituições como escola, igreja e família; (4) a ideologia em sentido dinâmico, que é vista como “a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades” (GUARESCHI, 2000, p. 42).

Combinando esses quatro eixos (positivo; negativo, concreto e dinâmico) é possível estabelecer quatro vertentes ideológicas, que poderiam ser expressas da seguinte maneira: positiva/concreta; positiva/dinâmica; negativa/concreta; negativa/dinâmica.

Analisando essas vertentes ideológicas é possível perceber que a teoria de Moscovici (2011) afasta-se das concepções ideológicas concretas, que tendem a se tornar fixas, sejam de maneira positiva ou negativa, entretanto, vale frisar, que afastar não significa negar, pois embora as representações sejam flutuantes e mutantes, podemos encontrar em seu interior “astros duradouros e mais permanentes” (IBIDEM, p. 44).

Com relação às vertentes dinâmicas existe uma aproximação entre ideologia e representações sociais, independentemente de serem vertentes ideológicas positivas ou negativas, pois “ao estudarmos uma representação social não nos fixamos imediatamente no caráter de positividade ou negatividade. Essa é uma questão posterior que, no caso, só interessa a quem estuda a ideologia” (IBIDEM, p. 44).

Dessa maneira, é possível a partir de uma perspectiva ideológica dinâmica estabelecer uma ponte entre os conceitos de representação social e ideologia, sendo ela positiva ou negativa. Essa postura aproxima-se do conceito ideológico de Gramsci, que rejeitou a noção negativa de ideologia, relacionada à dominação e alienação, pois “propõe uma distinção entre ideologias arbitrárias (espontâneas) e ideologias orgânicas (ideologias de classe), elegendo essas últimas como seu objeto de estudo” (XAVIER, 2002, p. 33).

Na abordagem *gramsciana*, são estabelecidos quatro níveis de ideologia, que partem de um maior grau de articulação intelectual para o menor, que em ordem decrescente seriam: o nível da filosofia; o nível da religião; o nível do senso comum; e o nível do folclore. “Aos três últimos níveis, pode-se associar aquilo que Althusser chama de ideologia em geral; essa última, por sua vez, talvez corresponda ao que aqui estamos chamando de representações sociais” (IBIDEM, p. 34).

Outra possível aproximação entre Gramsci e Moscovici é o conceito de intelectuais, pois, para Gramsci “não pode haver distinção absoluta entre intelectuais e não intelectuais, uma vez que o senso comum também desenvolve suas teorias” (IBIDEM, p. 34). Desta maneira Gramsci atribui valor ao conhecimento produzido a partir da esfera do senso comum, que é justamente o meio onde surgem as representações sociais, conforme postula Moscovici (2011).

Segundo Medeiros (2005), a Teoria das Representações Sociais de Moscovici trouxe para o campo do conhecimento científico, o pensamento comum, sem o analisar como “primitivo”, pré-lógico” ou supersticioso, como fizeram teóricos anteriores.

Dessa forma, tanto Gramsci quanto Moscovici rompem o paradigma do iluminismo e do marxismo clássico, já que ambas as correntes desvalorizam o pensamento espontâneo por razões distintas. Para os marxistas, “o conhecimento espontâneo precisava ser purificado de suas irracionalidades ideológicas, religiosas e substituído por uma visão científica do ser humano, da história e da natureza, ou seja, pela visão marxista e materialista” (IBIDEM, p.54). Já os iluministas tratam o pensamento comum como algo contaminado pela ignorância e superstições, algo que deveria ser substituído pelo pensamento científico racional.

O ponto comum entre as teorias de Gramsci e Moscovici está no reconhecimento do conhecimento das pessoas comuns, ainda que esse conhecimento não seja articulado, já que para Gramsci:

Todos os seres humanos teriam uma prática filosófica que interpreta o mundo, ainda que frequentemente de forma não sistemática e não crítica. Percebe-se, aqui, a estreita semelhança com a definição de representações sociais como teorias implícitas, espontaneamente elaboradas no cotidiano (XAVIER, 2002, p. 34).

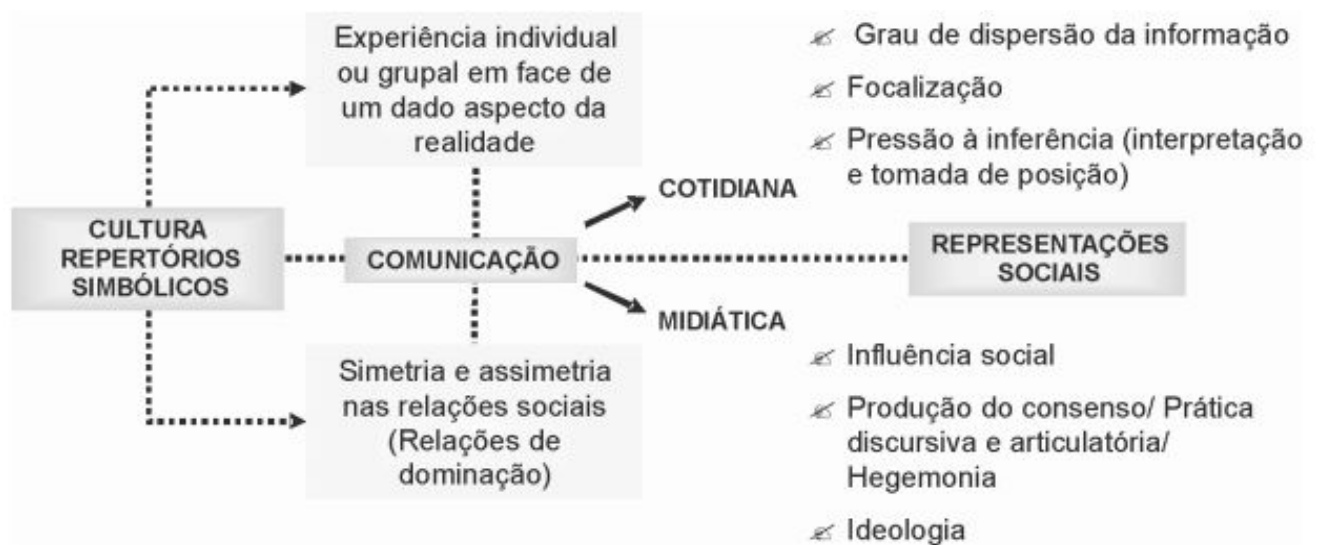
Em uma perspectiva ideológica negativa, na qual um grupo através do domínio dos meios de comunicação tenta difundir um discurso para justificar certos privilégios, existe uma aproximação direta com o conceito de hegemonia de Gramsci, mas essa perspectiva estaria de acordo com a teoria de Moscovici? A resposta dessa pergunta é afirmativa, pois:

A “origem” de uma representação pode já ser por demais longínqua a ponto de estar relacionada com um “conflito histórico” ou de ter alguma “funcionalidade social”, mas que a mesma representação em dado momento (histórico ou conjuntural) pode ser posta a serviço da prática hegemônica (seja em prol da mudança ou da manutenção do status quo) (XAVIER, 2002, p. 39).

O próprio Moscovici ao estudar as representações da psicanálise pela imprensa liberal francesa e pela imprensa comunista soviética encontrou adjetivos bem diversos sobre o tema, constatando que através da linguagem se criavam diferentes conotações para determinadas realidades que eram colocadas como superiores, ou inferiores, conforme os interesses dos grupos, “nesses casos mostram-se as relações entre as estratégias da ideologia e os significados de palavras, onde uma ideologia tenta transformar-se numa representação social, numa parte da cultura” (MOSCOVICI, 1988, p. 379, apud GUARESCHI, 2000, p. 44).

A hegemonia de uma ideologia ocorre a partir do domínio dos meios de comunicação, pois tende a influenciar a criação de representações pela massa ao oferecer “uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influencia a massa da população, mas também serve como princípio de organização das instituições sociais” (XAVIER, 2002, p. 34).

Em uma perspectiva interdisciplinar, na qual os conceitos de representações sociais, ideologia e hegemonia estão integrados, teríamos o seguinte esquema teórico:



Fonte: XAVIER, 2002, p. 47

Relacionar os conceitos gramscianos de ideologia e de hegemonia com a as representações sociais moscovicianas pode promover uma visão mais precisa sobre o modo como as representações subjetivas, formadas no interior de grupos específicos, são influenciadas pelos instrumentos de poder, em especial no que se refere a mídia.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Um dos primeiros estudos sobre representações sociais de Moscovici foi elaborado a partir da análise da psicanálise em jornais, na qual valeu-se da comparação de diversos tipos de periódicos de grande circulação, que tinham orientações marxistas e católicas. Nessa pesquisa, Moscovici estabeleceu três formas comunicacionais que reproduzem e mantêm as representações sociais: a propaganda, propagação e difusão (MOSCOVICI, 1978).

A propaganda teria como objetivo o controle sobre a opinião das pessoas, aparecendo em ambientes políticos, onde existe o confronto de grupos. A propagação serve como uma ferramenta de regulação de

crenças e posturas de um grupo frente a questionamentos externos. Por fim, a difusão é capaz de unir um grande número de pessoas em torno de um saber comum, é a expressão de um conhecimento capaz de repercutir entre os mais variados grupos.

Percebe-se que este tipo de comunicação é, em grande parte, difundido em sentido único. As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outro grupo em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes da encontrada pelo emissor. Assim, nota-se que os receptores não fazem parte do intercâmbio comunicativo, mas apenas são integrantes de um processo estruturado de transmissão simbólica (GRECA, 2009, p. 30).

Nessa perspectiva, a imprensa é produtora de representações que se tornam sociais através de sua difusão. “As instâncias institucionais, os meios de comunicação midiáticos ou informais intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social” (CABECINHAS, 2004, p. 126).

Por isso, é correto afirmar que “todo órgão de imprensa é, simultaneamente, receptor de mensagens e emissor de mensagens. No intervalo de tempo que separa a recepção da emissão, a informação é tratada e condicionada” (KIENTZ, 1973, p. 77).

Desse modo, identificar as representações disseminadas pelos meios de comunicação ao longo da história possibilita a visualização dos símbolos que nortearam as práticas sociais de um determinado período, por exemplo. Isso pode ser feito observando o modo como jornais antigos representam eventos cotidianos, pois o jornal acima de tudo pode ser considerado:

O produto da circulação de conhecimento e de ideias de grupos que estão em contacto mais ou menos próximo. Cada grupo cria as suas próprias versões e partilha-as com os outros. Estas são representações *emancipadas*, com certo grau de autonomia, tendo uma função complementar uma vez que resultam da partilha de um conjunto de interpretações e de símbolos (CABECINHAS, 2004, p.126).

Conforme Greca (2009), a comunicação, sob o prisma da representação social, é o fenômeno pelo qual um indivíduo influencia ou esclarece outro que, por sua vez, pode efetivamente fazer o mesmo em relação ao primeiro. Assim, estudar as representações sociais elaboradas e disseminadas pela mídia possibilitam analisar a forma como são construídas “as estruturas, os processos internos e as dinâmicas da lógica da produção e criação dos sentidos que dão sustentação a determinadas formas de conceber o mundo” (MORIGI, 2004, p. 11).

Por isso, é correto afirmar que as representações sociais criadas e estabelecidas pela mídia interferem nos modos de interação social. “Dentro do campo das representações sociais pode-se notar que os estudos da comunicação de massa possuem um papel primordial para as análises que revelam as formações das representações nos mais diversos grupos sociais” (GRECA, 2009, p. 34).

De acordo com Habermas (1984, apud BARATA, 2005), a sociabilidade promovida pelos meios de comunicação, como jornais e panfletos, ajudou a tirar da esfera privada e levar para as ruas, a política, tornando-a parte da esfera pública, dessa maneira se aproximando do que Moscovici (2011) chama de senso comum, mas ressaltando que esse espaço é marcado pelo controle, ainda que permita a crítica do público. Em uma sociedade de massas capitalista os meios de comunicação são fundamentais, pois “como facilmente se verifica não tem o homem, em geral, conhecimento direto do mundo e dos fatos. Esses conhecimentos ele obtém através dos meios de comunicação de massa, que formam assim uma ‘espécie de pseudo ambiente entre o homem e o mundo objetivo real’” (LAGO, 1971, p. 50).

Gramsci (1958) teorizou que a sociedade civil – uma das esferas do Estado, ao lado da sociedade

política, onde se concentra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia) – é constituída pelas associações ditas privadas (igrejas, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação), nas quais a classe dirigente busca obter o consentimento dos governados, através da difusão de uma ideologia unificadora, destinada a funcionar como cimento da coesão social. Nesse contexto, os meios de comunicação são os veículos mais importantes para o exercício da função dirigente de um grupo hegemônico, pois pode funcionar como partido político, no sentido de aglutinar uma concepção de mundo dispersa e facilitar sua absorção.

Por muitas razões fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

A partir da pressão exercida pelos meios de comunicação sobre as pessoas, é correto afirmar que as representações sociais, embora sendo formadas pelos próprios indivíduos no interior de suas coletividades específicas, acabam sofrendo forte influência da mídia, que, ao disseminar ideologias, acaba fornecendo o material sobre o qual as representações sociais são criadas. Para perceber tal processo é necessária uma abordagem ampla, envolvendo conceitos de diversas áreas das Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

- BARATA, A. M. Sociabilidade maçônica e independência do Brasil (1820-1822). In JANCSÓ, I (org.) **Independência: História e Historiografia**, São Paulo, Hucitec, 2005.
- BLOCH, M. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BURKE, P. **A escola dos Annales**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CABECINHAS, R. “Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social” In: **Paidéia**, 2004, 14 (28), 125 – 137.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CHARTIER, R. “O mundo como representação” In: **Estudos Avançados**, vol.5, no.11, São Paulo Jan./Abr.1991.
- CHAUÍ, M; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- FEBVRE, L. **O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FONSECA, R. **A representação social da mídia e da liderança por líderes e potenciais líderes**. Taubaté: Dissertação de Mestrado, UNITAU, 2007.
- GRAMSCI, A. **El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce**. Buenos Aires: Lautaro, 1958.
- GRECA, A. **A representação social da mídia e da comunidade do entorno sobre a Petrobrás/REVAP**. Taubaté: Dissertação de Mestrado, UNITAU, 2009.
- GUARESCHI, P. A. “Representações Sociais e Ideologia” In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000.
- KIENTZ, A. **Comunicação de Massa: Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- LAGO, B. **Comunicação, Educação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1971.
- LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**, São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- MEDEIROS, M. M. **Informação e representações sociais: um estudo exploratório com familiares de portadores de sofrimento mental**. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas

Gerais, 2005.

MORIGI, V. J. “Teoria Social e comunicação: Representações sociais, produção de sentido e construção dos imaginários midiáticos”. **Revista Eletrônica E-Compos**. Edição 1. Dezembro de 2004. Disponível na Internet: <http://www.compos.org.br/e-compos> .

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROUANET, S. P. **Imaginário e Dominação**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**, 4 ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VAINFAS, R. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista” In: Laura de Mello e Souza. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 5, p. 221-274.

VALA, J. “Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social”. In: VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benecedita (Org.). **Psicologia Social**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

WERNECK, I. E.: Quando os jovens viram notícia de jornal? Uma análise das representações sociais na mídia In: **Revista Iberoamericana de Educación**, nº 36/12, 2005.

XAVIER, R. “Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?” In: **Psicologia e Sociedade**; 14 (2): 18-47; jul./dez.2002.